

3.1.3 A possibilidade da pessoa obrigada de fornecer alimentos	43
3.2 ALIMENTOS ENTRE DIVORCIADOS	45
3.2.1 O binômio necessidade x possibilidade	45
3.2.2 A renúncia aos alimentos	51
3.2.3 A revisão e a exoneração do dever alimentar	55
3.3 OS ALIMENTOS TRANSITÓRIOS	56
3.4 A POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL ACERCA DO DEVER ALIMENTAR NO DIVÓRCIO	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

Este estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada no período entre 2000 e 2005, com o intuito de analisar a legislação brasileira e estrangeira, bem como jurisprudência, sobre os direitos e deveres dos cônjuges no divórcio.

Este estudo é fruto da tese de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2005, sob orientação da professora Maria das Graças Góes, que é mestre em direito e doutoranda em direito na Universidade de São Paulo (USP).

Por fim, nessa monografia ressalva-se que a proposta de direito alimentar entre ex-cônjuges após a dissolução do vínculo conjugal com o divórcio, no plano da lei brasileira, tem de fato devido a vertiginosa evolução plurimateriais entre os países e as mulheres.

Neste documento, a pesquisa que se segue foi realizada por busca bibliográfica com base nas seguintes fontes: a) publicações da literatura jurídica especializada em direito civil e processual civil, especialmente no direito familiar; b) sites institucionais de universidades e órgãos governamentais brasileiros e estrangeiros; c) sites de organizações internacionais e de entidades de direitos humanos; d) sites de direitos humanos brasileiros e estrangeiros; e) sites de direitos humanos brasileiros e estrangeiros.

Assim, este estudo faz ressaltado um levantamento da legislação brasileira e estrangeira, tanto da perspectiva dos direitos e deveres dos ex-cônjuges, bem como da perspectiva da proteção ao menor, nomeadamente, para fins de direito de família, direito internacional privado, direito processual civil, direito constitucional, direito administrativo, direito penal e direito do trabalho, dentre tantos outros, para fins de direito de família, direito internacional privado, direito processual civil, direito constitucional, direito administrativo, direito penal e direito do trabalho.

Assim, este estudo faz ressaltado um levantamento da legislação brasileira e estrangeira, tanto da perspectiva dos direitos e deveres dos ex-cônjuges, bem como da perspectiva da proteção ao menor, nomeadamente, para fins de direito de família, direito internacional privado, direito processual civil, direito constitucional, direito administrativo, direito penal e direito do trabalho.